



GEANNY MATOS ANDRADE

O GESTOR EDUCACIONAL, A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

POÇOS DE CALDAS

2013

RESUMO

A temática “O gestor educacional: a gestão democrática e participativa” ganha foco quando tratada dentro do estudo do Projeto Político Pedagógico da escola. À luz da literatura consultada, este estudo teve como objetivo entender o processo que visa a implantação da gestão democrática, bem como o papel de gestor nessa implantação. Pretendeu-se, ainda, refletir sobre o papel de gestor como articulador de uma equipe participativa e sobre os aspectos relacionados à ação educativa, em especial na tomada de decisões nos âmbitos pedagógico, administrativo e financeiro da escola. A análise enfatizou a relevância gestão democrática e o papel fundamental do gestor como maestro que rege uma “orquestra”, com vários talentos, peculiaridades, sintonias na busca da harmonia e alcance de metas e objetivos comuns para a conquista de uma real e efetiva gestão democrática que, de fato, contribua para a construção de uma educação humana de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestor Educacional. Gestão Democrática. Gestão Participativa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 GESTOR ESCOLAR.....	4
3 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	6
4 GESTÃO PARTICIPATIVA E A AUTONOMIA DA ESCOLA	7
CONSIDERAÇÕES FINAIS	8
REFERÊNCIAS.....	9
ANEXO – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea brasileira vivencia processos de democratização e transformação no ambiente educacional. Nesse contexto, o gestor escolar tem como desafio, direcionar suas ações para promover uma gestão democrática e participativa.

A comunidade escolar deve atuar como articuladora e transformadora da realidade, tendo como líder o gestor escolar que deve conciliar as demandas burocráticas e pedagógicas, estimulando a participação dos pais e comunidade escolar, gerindo os recursos públicos, contribuindo para a formação e capacitação de seus professores, funcionários e alunos, trabalhando as relações interpessoais, fomentando a atuação do Conselho Escolar e assegurando uma educação de qualidade na escola em que atua.

Traçar este caminho é trabalhar no cumprimento de metas pactuadas entre todos os segmentos envolvidos no contexto escolar – direção, especialistas, professores, funcionários, pais, alunos e sociedade (ONGs, empresas, universidades, secretarias de saúde, etc.) – visando o atendimento das necessidades da comunidade e das demandas sociais vigentes.

O gestor escolar precisa ter em mente que seu trabalho abrange diferentes aspectos no contexto escolar, tais como: processos de planejamento, implementação e avaliação de ações pedagógicas, administrativas e financeiras, além da gestão de recursos, humanos, materiais, financeiros, do espaço físico, das questões legais, das relações interpessoais, da interação com a comunidade escolar e do entorno da escola, dentre outros. Refletir sobre a prática da gestão, torna-se fundamental para o balizamento de propostas de ações abertas ao diálogo, participação e ao comprometimento corresponsável e coautor coletivo de todos os atores da comunidade escolar.

O objetivo do presente trabalho foi refletir sobre o sentido, a importância e o significado da atuação do gestor escolar como líder e articulador de demandas, propostas, situações e soluções que promovam uma real, eficaz e efetiva gestão democrática e participativa de modo a contribuir para a construção de novas

concepções, novos conhecimentos e, sobretudo apontar possibilidades de criação de novas práticas e espaços democráticos e participativos.

2. O GESTOR ESCOLAR

A gestão da Educação é responsável por garantir a qualidade de uma mediação no seio da prática social global (Saviani, 1980, p. 120), que constitui em um mecanismo de hominização do ser humano, que abrange a formação para a vida, para a cidadania e para o mundo do trabalho, independente de qualquer aspecto, seja ele, raça, cor, etnia, credo, etc., garantindo a construção de um mundo mais humano e justo.

A gestão democrática requer a participação de todos os envolvidos no contexto escolar, nos processos de proposição de propostas, reformulações e implementação coletiva de metas, objetivos, estratégias e procedimentos inerentes à escola, seja ele pedagógico, administrativo, relativo a recursos humanos ou financeiros. O gestor deve compartilhar a gestão, que precisa ser participativa e democrática.

Não basta ser eleito, nomeado ou concursado para estar apto a gerir de forma eficaz e eficiente uma escola. O trabalho escolar implica uma direção. Com base nesse princípio, destaca-se o papel do diretor/ gestor da escola na gestão da organização desse trabalho, sendo desejável que esse gestor apresente uma formação profissional específica, competência técnica, liderança, capacidade de gestão e conhecimento de questões pedagógico-didáticas. Pois a escola estando bem administrados e coordenados os resultados serão significativos para o alcance dos objetivos propostos. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p. 332), “o papel do diretor como o de um líder cooperativo que consegue aglutinar às aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articula a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão de um projeto comum” a acrescentam “como dirigente, cabe-lhe ter uma visão de conjunto e uma atuação

que apreenda a escola em seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e culturais”. E acrescenta Luck (2006, vol. II, p.111), “aos gestores educacionais e escolares compete, compreender tais perspectivas e respectivos processos, de modo a desenvolverem sua competência para lidarem na escola”. E Luck (2006) completa:

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados).(p. 111)

É, observa Luck (2006, vol.III, p.74) “papel do gestor: articular e desenvolver habilidades e atitudes de participação, analisar a cultura escolar, seu modo de ser e fazer orientando-a adequadamente”, ou seja, o gestor precisa estar inteirado da realidade da escola a qual está inserido e balizar as ações e ideias para que os objetivos sejam comuns e envolvam o máximo possível de atores sócias dos vários segmentos da comunidade escolar.

A gestão escolar compreende a administração de uma instituição escolar em todos os seus âmbitos, a saber, pedagógico, administrativo e financeiro. Abrange, portanto, segundo Luck (2006, p.111), “a articulação do conjunto de atuações como prática social que ocorre em uma unidade de trabalho que passa a ser enfoque orientador da ação organizadora e orientadora do ensino, tanto no âmbito macro (sistema) como micro (escola)”. O grande desafio está em tornar a escola um espaço de convivência social que centralize decisões democráticas e participativas.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; II participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Já em seu artigo 17 a LDB 9394/96 afirma:

os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

O respaldo legal que é dado à implementação da gestão democrática se apoia também no Plano Nacional de Educação, Lei Nº. 10.172/2001, que considera função do gestor escolar: “promover a participação da comunidade na gestão das escolas universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos escolares ou órgãos equivalentes”.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, reforça a ideia de formação do Conselho Escolar atuante, com a representatividade dos vários segmentos da escola (pais, professores, estudantes, funcionários, diretores, comunidade local). E em Minas Gerais tem-se a Resolução da secretaria estadual da Educação – SEE 2034/2012 em seu art. 7º, fala sobre as competências do colegiado e entre elas estão, aprovar e acompanhar a execução do Projeto Político Pedagógico da escola, do plano de ação e do regimento, além de participar, indicar, propor, opinar, elaborar e envolver nos assuntos diversos relevantes ao contexto escolar.

As leis estão aí para firmar o direito à democratização de gestão escolar, mas, só a legislação não é o suficiente para a implantação e consolidação da gestão democrática nas escolas públicas. Faz-se necessário a conscientização da comunidade escolar sobre o que vem a ser gestão democrática e como ela pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. A participação dos atores sociais na escola implica em mudança de cultura e postura, que se inicia com o gestor e vai ganhando força à medida que se consolidando na escola a partir de um trabalho

realizado com transparência e compromisso. Segundo Carvalho (2001, p.109), o conhecimento de instrumentos legais que permitam ao gestor utilizá-los com competência se torna imprescindível, além compreendê-los e aplicá-los e/ou exigir seu cumprimento.

4. GESTÃO PARTICIPATIVA E A AUTONOMIA DA ESCOLA

A participação pressupõe, segundo Luck (2006), compreensão sobre processos e dinâmica social e habilidades de atuação nessa dinâmica “espírito de troca e reciprocidade; comprometimento com causas sociais; solidariedade e ética; discernimento e perseverança” (p. 98).

Já a autonomia precisa ser compreendida em seus fundamentos, suas expressões, significados e implicações. Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p.333) definem autonomia como “a faculdade das pessoas de autogovernar-se, de decidir sobre o próprio destino” e quanto a instituição acrescentam “instituição autônoma é a que tem poder sobre seus objetivos e sobre as suas formas de organização” mantendo-se” relativamente independente do poder central e administra livremente recursos financeiros”.

É no Projeto Político Pedagógico que serão determinados os elementos que possibilitarão a construção e desenvolvimento de um convívio democrático. A democratização da escola, só irá ocorrer com a construção de um projeto pedagógico definido e compartilhado por todos, que parte da realidade na qual a escola está inserida, dos recursos humanos e materiais que possui e vise alcançar a melhoria da qualidade da educação.

Conselhos ou colegiados compostos pela equipe escolar, pais de alunos, alunos, representantes da comunidade, precisam não só representar passivamente seus segmentos, mas, serem preparados para o exercício de suas funções. Segundo Carvalho (2001, p.18), Os membros dessas equipes devem participar, com frequência, de treinamentos e/ou cursos e continua, afirmando que “a convivência democrática na escola envolve o projeto pedagógico como se fosse uma rede cuja

função é manter todas as partes firmemente unidas”. (Carvalho, 2001, p.44) ainda destaca que para uma real vivência democrático-participativa não podem faltar: liberdade de expressão, diálogo, relações interpessoais, autonomia e participação corresponsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gestor é o articulador entre ações, pessoas e decisões em prol de objetivos comuns. Carvalho (2001, p. 77) acrescenta, é preciso ter mente a escola que se quer gerir, o tipo de líder que se deseja ser, as estratégias que serão utilizadas para o desenvolvimento de um convívio democrático, com direito a sensibilização de todos em relação a situações-problemas da escola como, por exemplo: violência (em seus vários aspectos).

São muitos os aspectos inerentes às atribuições do gestor. Libâneo (2004, p.79):

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos, pais.

Levando-se em conta que a qualidade de ensino passa pela gestão democrática, se faz urgente implementar mecanismos de participação coletiva de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões relativas as questões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, pautada em relações não autoritárias, nem centralizada na figura do gestor.

Contribui para essa ideia o que afirma Santos (2011, p.56) “o fortalecimento da escola e a conquista de sua autonomia político-pedagógico são condições indispensáveis para promover a qualidade na educação e contribuem para a construção da cidadania”.

REFERÊNCIAS

Guia de estudos para a certificação ocupacional do dirigente escolar - SEE/MG - 2007, Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Educação.

CARVALHO, Maria Celeste da Silva. **Progestão**: como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola? Módulo V. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira; TOSCHI, Mirga Seabra. **Educação Escolar**: Políticas, estrutura e organização. São Paulo: Editora Cortez. 2005

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola**: Teoria e prática. Ed. 5. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**.. Petrópolis: RJ: Vozes, 2006. Série Cadernos de gestão. Volume II.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**.. Petrópolis: RJ: Vozes, 2006. Série Cadernos de gestão. Volume III.

Constituição Federal do Brasil – Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1988.

Lei nº 9.394/96 – D.O.U. 26/12/96

SANTOS, Iris Pereira de Lima dos. **A Gestão Democrática da Escola**: as relações político-pedagógica do coletivo docente e seu gestor. Salvador- BA, 2011

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1980.



ESCOLA MUNICIPAL ALVINO HOSKEN DE OLIVEIRA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PPP

GEANNY MATOS ANDRADE

ROSEMARY APARECIDA PERUGINI TORRES

POÇOS DE CALDAS - MG

2013

ESCOLA MUNICIPAL ALVINO HOSKEN DE OLIVEIRA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PPP

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial Sob orientação da Professora Regina A. Barros de Souza do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

POÇOS DE CALDAS – MG

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
1.1 Marco Referencial	6
1.2 Dimensão Existencial	6
1.3 Dimensão Motivacional	6
1.4 Marco Político Filosófico	7
1.5 Marco Sócio – antropológico	7
1.6 Marco Pedagógico	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	7
2.2 Estrutura Organizacional pedagógica	11
3. CURRÍCULO	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	17
7. AVALIAÇÃO	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola deve ser sua identidade, dando vida para a escola como organização, e não somente como lugar onde se ensina. O presente PPP tem por objetivo contemplar os diversos aspectos presentes no cotidiano escolar adequando-se à realidade na qual a escola está inserida e sendo um instrumento teórico metodológico eficaz, eficiente, flexível e norteador de ações que visem alcançar uma educação de qualidade.

A Escola M. A. H., situada na zona central de Poços de Caldas – MG, oferta níveis e modalidades de Ensino Fundamental (E.F.) I e II (1º ao 9º ANO) e Educação de Jovens e Adultos (EJA - 1º ao 9º período). O número de alunos está distribuído em três turnos, a saber: matutino (6º ao 9º ANO – E.F. II), com 95 alunos, o período vespertino (E.F.I - 1º ao 5º ANO), com 134 alunos e o período noturno (EJA 1º ao 9º período), com 100 alunos. O número de funcionários da escola é de 28 professores, 04 operacionais, 04 secretárias, 02 coordenadoras pedagógicas/supervisoras, 01 professora eventual, 02 estagiários remunerados, 02 auxiliar de biblioteca, 01 diretora, 01 vice – diretora, 06 monitores, 05 cuidadoras e 01 professora da sala de recursos multifuncionais.

Processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP

O PPP é um eixo norteador das propostas de ações da escola. Compreender o que é o PPP e os elementos que o compõem, é de fundamental importância, pois sua proposta deve revelar a identidade da escola. Segundo Oliveira (2010,10), estudos apontam uma compreensão positiva do PPP entre professores e gestores. Os objetivos da educação a serem considerados em suas prioridades, alternativas de ações e enfrentamento de dificuldades geradas no cotidiano escolar também devem estar presentes no projeto pedagógico, e este não deve ser um documento engessado, pronto e acabado, mas propiciar constante debate, reflexão, diálogo, reelaboração para que assim se alcance os objetivos determinados pelo grupo de forma ativa, participativa, impessoal, transparente e democrática.

O presente documento, tendo em vista todo este norteamento de ideais, iniciou sua reelaboração em dezembro de 2012, com reuniões entre professores, funcionários e pais/responsáveis, com os assuntos em pauta: o que é o PPP, quais suas etapas, como é (re) elaborado, sugestões, críticas, levantamento de informações (instrumento escolhido: questionários). Foi realizado um diagnóstico da escola por meio de questionários elaborados e distribuídos para os segmentos acima citados (pais, professores, funcionários, etc.). Em março de 2013, foram retomados os trabalhos, com os questionários já convertidos em dados/informações pontuais e estatísticas. Foram realizadas reuniões para socialização das informações obtidas, com toda a comunidade e após deliberações, foi apresentado ao Conselho Escolar o documento proposto para apreciação, análise, avaliação e aprovação. Sem mais a tratar o PPP foi aprovado e seu conteúdo apresentado a seguir.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O planejamento educacional é um ato de intervenção técnica e política que, segundo Calazans (1990, p.73) se efetiva em níveis distintos e se inter – relacionam.

1.1 Marco Referencial

Nossa comunidade ainda se apresenta resistente quanto a participação na vida escolar de seus filhos. Estamos desenvolvendo estratégias para envolver a comunidade a fim de chamar a atenção para a importância de sua participação na vida escolar de seu filho, contribuindo para a formação não só acadêmica, mas pessoal.

1.2 Dimensão Existencial

Nossa clientela é bem diversificada, oriunda de vários bairros, não só do entorno da escola, mas de outros distantes. Existe a presença de distorção série/idade. Além de alunos analfabetos que estão matriculados nos 4º e 5º ANOS do Ensino Fundamental I.

Os problemas enfrentados se devem a não participação das famílias na vida escolar de seus filhos, ao descaso ou mesmo abandono dos responsáveis em relação a sua responsabilidade com no processo de desenvolvimento ensino – aprendizagem.

1.3 Dimensão Motivacional

Estamos vivenciando um processo de mudança na escola. Já obtivemos muitos progressos. Mas ainda é preciso muito trabalho para a melhoria de aspectos como: relações interpessoais e intrapessoais entre funcionários e comunidade em geral; participação da comunidade nas atividades e assuntos relativos à escola; desenvolvimento de projetos efetivos que envolvam todos os profissionais e contemple o reforço escolar, enfrentamento à violência em suas várias faces (escolar, familiar, patrimonial, etc.). Acredita-se que o planejamento da escola se concretiza pela elaboração de seu PPP e corrobora para esse pensamento o que Souza (2010,p.15) acrescenta, deve pautar-se pelo princípio da busca da unidade

entre teoria e prática e se, institui como momento privilegiado de tomada de decisões acerca das finalidades básicas da educação básica.

1.4 Marco Político Filosófico

Trabalhamos para melhorar a expectativa de qualidade de vida de nosso educando e conseqüentemente de sua família. Pretende-se formar um indivíduo humanizado, para a vida, o exercício da cidadania e para o trabalho, capaz de interagir e resolver situações cotidianas de forma competente. Assim sendo, a educação um instrumento para a transformação social (emancipadora) possibilita a todos a compreensão elaborada da realidade vivenciada pelos alunos e o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e físicas para a intervenção nessa realidade, e a posse da cultura letrada e dos instrumentos mínimos para o acesso às formas modernas do trabalho.

1.5 Marco Sócio – antropológico

Trabalharemos visando a formação crítica, consciente, ativa e participativa do cidadão (nosso educando). Propiciando um ambiente dialógico, desafiador e favorável a essa formação emancipadora.

1.6 Marco Pedagógico

Trabalharemos de modo a oferecer uma educação de qualidade, estimulando e valorizando a transversalidade e a interdisciplinaridade de maneira diversificada e diferenciada, com base em um currículo escolar adaptado priorizando um conhecimento sobre o que os alunos já sabem e o que desejam saber, atendendo as necessidades e a realidade vivencial de nossa clientela, e segundo Kaloustian (2005, p.26) compreendendo suas diferenças e peculiaridades, seus interesses, dificuldades e potencialidades.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Recursos humanos:

A escola dispõe de: 04 operacionais; 04 secretárias (sendo uma reabilitada, 2 em estudo de caso/revisão de situação e 1 efetiva) e 02 Gestoras (1 diretora e 1 vice- diretora eleitas pela comunidade).

Infraestrutura

Dependências	Quantidade	Condições de Adequado	Utilização inadequado	O que está inadequado
Diretoria	01	X		
Secretaria	01	X		
Sala dos Professores	01	X		
Sala de supervisão	01	X		Mas está funcionando como outros espaços (depósito, etc.)
Biblioteca	01	X		Mas poderia atender melhor se fosse mais ampla.
Sala de Informática	01	X		
Sala de recursos multifuncionais	01	X		
Sala de reuniões	01	X		Está funcionando como sala
Salas de aulas	08	X		
Almoxarifado	00			Está funcionando na coordenação.
Depósito de material de limpeza	00			Está improvisado em um banheiro e em um porão.
Dispensa	01		X	Sem ventilação adequada.
Refeitório	01		X	Não atende a demanda.
Pátio	02		X	Um pátio dá de frente com salas de aula e o outro está irregular com relação a sua superfície, precisa de reparos.
Quadra de esportes	00			Existe um espaço que tem o tamanho de uma sala de aula cercado com tela.

Cozinha	01	X		
Área de serviço	01		X	Todos tem acesso, não há como restringir o acesso dos demais.
Banheiro de funcionários	01	X		
Vestiário dos alunos	00			
Banheiro dos alunos	02		X	Espelhos, divisórias quebrados, torneiras estragadas.
Banheiro de alunos especiais	01		X	Não tem espaço para trocador.
Banheiro de professores	01		X	Para atendimento adequado deveria ter mais um.
Sala de arquivos	00			Funciona improvisado na coordenação, secretaria e direção.
Arquivo Morto	00			Funciona na supervisão.
Sala de material pedagógico	00			Funciona na supervisão.
Sala de material esportivo	00			Funciona na supervisão.
Laboratório de ciências	00			

Mobiliário

Carteiras e cadeiras escolares	Em número suficiente e em bom estado de uso.
Quadros	Somente quadro de giz, mas em todas as salas.
Armários de sala de aula	Em número insuficiente e necessitando de troca.
Computadores da secretaria	Precisam ser trocados e atualizados.
Armários dos professores	Não atende a demanda.
Computador da coordenação	Precisa ser trocado e instalada impressora.
Impressoras	Precisam de manutenção todas as 04.
Copiadoras	Uma está aguardando concerto e duas estão em uso.
Carteiras para cadeirantes	Temos 02 e são suficientes (no momento)
Mesas para professores	Cada sala possui uma.

ÁREAS DA ESCOLA

Pátio – Há 02 espaços que servem de pátio. Um deles dá de frente para as salas de aula e o outro fica na entrada da escola e necessita de reparo (irregularidades e buracos).

Quadra – Não atende às necessidades por ser do tamanho de uma sala de aula e é cercado por tela.

Biblioteca – Atende parcialmente as necessidades da escola. Seu acervo é insuficiente para pesquisas e seu espaço pequeno para atividades como: contação de histórias ou cantinho de leitura infantil (com tapete, almofadas, estantes menores, etc.)

Sala de Informática – Atende desde o segundo semestre de 2012, no turno vespertino com 17 computadores e uma impressora. Há um estagiário que auxilia na utilização da sala. Não há acesso a internet, estamos aguardando.

Não há sala de vídeo ou jogos, pois a sala de jogos funciona atualmente como sala de aula e a de vídeo como espaço para desenvolvimento de atividades do Programa Mais Educação e sala de reunião.

RECURSOS DIDÁTICO, TECNOLÓGICOS E DE APOIO

Mapas diversos – na biblioteca; Material esportivo (petecas, bolas, redes, dominós, etc.) – na supervisão; Jogos diversos (letramento, matemática, história, geografia, etc.) – na supervisão; Livros com temas diversos para estudo do professor – na supervisão; Corpo humano (inteiro, tronco – masculino e feminino) – na supervisão; Livros didáticos para apoio do professor – na biblioteca; Retroprojeto; Aparelho de DVD; Televisão; Rádio toca CD. Todos os equipamentos e recursos se encontram a disposição para uso desde que devidamente agendados e com antecedência, com a supervisão e/ou secretaria da escola.

Regime de Funcionamento

O Ensino Fundamental I compreende do 1º ao 5º ANO, com aulas no período vespertino (13h00 às 17h20 com intervalo de 20” para recreio).

O Ensino Fundamental II contempla do 6º ao 9º ANO, com aulas no período matutino, módulos de 50” hora/aula (de 07h00 às 11h30 com intervalo de 20” para recreio).

A Educação de Jovens e Adultos – EJA compreende do 1º ao 9º Período, com módulos de 40” hora/aula (de 19h às 22h30 com intervalo de 20” para recreio).

Segundo normatização nº 002 de 30 de janeiro de 2008 às terças-feiras no primeiro bimestre as aulas se encerram às 23h15. Para cumprimento de carga horária prevista, perfazendo um total de 66 (sessenta e seis) horas aula e 40 (quarenta) minutos em cada período, correspondendo a 100 horas aula e serão coordenados pelos professores das disciplinas.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola tem atualmente 134 alunos no EF. I (1º ao 5º ANO) sendo distribuídos em dois 1º Ano, 1 sala de 2º e outra de 3º, duas classes de 4º ANO e uma turma de 5º ANO cada sala com uma professora regente, além de contar com uma professora eventual, uma supervisora, uma auxiliar de biblioteca, dois professores de educação física (1º ao 4º e outro para o 5º ANO). No EF.II temos 95 alunos distribuídos em salas únicas de 6º ao 9º ANO, com um professor para cada disciplina, totalizando 9 professores, uma supervisora e a mesma auxiliar que atende a turma do 1º ao 5º no período vespertino, atende do 6º ao 9º no período matutino. Na EJA temos 100 alunos também distribuídos em turmas únicas do 6º ao 9º períodos, sendo que há uma turma mutiseriada do 1º ao 5º períodos, com uma professora regente PI e nos demais períodos 8 professores sendo 1 para cada disciplina. Reconhecer a escola como espaço de construção democrática, respeitando o caráter específico da instituição escolar como lugar de ensino/aprendizagem e não “depósito” de seres humanos onde se visa a quantidade de discentes atendidos e não a qualidade de educação a ele dispensados se faz

necessário, além de favorecer a real e efetiva gestão democrática (CF/88, art.37): transparente, impessoal autônoma, participativa, líder e trabalhando-a com a coletividade pública, tornando a gestão democrática em uma administração concreta e não somente de fachada.

3. CURRÍCULO

Os professores foram orientados a adequar os conteúdos de suas disciplinas a fim de atender as necessidades e demandas da clientela. Além do conteúdo curricular, oferecer trabalho com projetos diversos, a saber: Folclore; Gincana Cultural, Literart (de leitura), Projeto esporte na Escola, projeto Eficiência Energética, Programa Mais Educação e Projetos de valorização inter-racial, baseados na Lei 11.645, ou seja, estimula-se o trabalho com projetos. Quanto ao Programa Mais Educação, ele tem a preocupação de oferecer uma escola de tempo integral onde, ampliando-se o tempo de permanência do aluno na escola, e servindo a escola de ponte entre o conhecimento prático já adquirido e o conhecimento formal exigido pela sociedade letrada. Os princípios são pautados no respeito aos saberes da criança, as disciplinas e os métodos de ensino tradicionais, foram basicamente preservados e associados a diferentes atividades culturais, pautados pelo respeito à cultura popular. A proposta da escola firma-se em combinar diferentes tendências, misturando elementos da educação popular e da pedagogia de conteúdos, mas pretendendo romper às limitações disciplinares (puramente), sendo viável e conveniente um trabalho baseado na interdisciplinaridade e/ou na transversalidade aplicados a realidade dos educandos, mantendo-se aberto o diálogo entre as diferenças, propiciando a aproximação entre a prática e das disciplinas sem a pretensão de tornar esse tempo uma extensão (reflexo) do ensino regular tradicional e convencional. Quanto ao trabalho com inclusão pouco se tem a dizer por sua ainda recente prática, apesar de ser difundido, aclamado e defendido desde a Declaração de Salamanca (1994,16), mas a escola possui uma sala de recursos multifuncional com uma professora psicopedagoga que faz o atendimento individual dos alunos com deficiência, e na sala de aula ainda é novidade para os professores trabalharem com a adaptação de conteúdos e materiais para esses e demais alunos que apresentem necessidade de atendimento diferenciado, pois todos apresentam

em sua formação inicial e continuada falhas ou em uma ou em outra devido a vários fatores externos, mesmo na concepção sobre formas de aprender dos alunos que não é homogênea, mas a cultura dita que é, ou seja, mesmo tempo, mesmo conteúdo, mesmo método para todos. Os gestores têm ciência da legislação vigente quanto à inclusão e até mesmo os professores, mas entre a legislação, teoria e prática muitos debates e discussões ainda são necessários, porém o aluno já está inserido na escola. Aqui fica registrado que é a primeira vez que a educação inclusiva está sendo contemplada no PPP. O que fica acordado é que o professor terá total autonomia para desenvolver seu trabalho contando com o apoio técnico/pedagógico da professora da sala de recursos, da direção, da supervisão e da Secretaria Municipal de Educação, além dos recursos materiais que estão disponíveis na unidade, a colaboração envolve compromisso dos professores que trabalharão juntos, dos gestores da escola, do sistema escolar e da comunidade, além de envolver tempo, suporte, recursos, pesquisas, monitoramento e persistência.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Há uma nova ordem do tempo social e com ela surgem os conflitos com as formas anteriormente estabelecidas de organização do tempo escolar, ou seja, novas demandas e uma cultura escolar tradicionalmente engessada. A escola em tempo integral não deve reproduzir a escola convencional, o efeito será a potencialização dos problemas de inadaptação. A escola é favorável à progressão continuada, a saber, o respeito ao ritmo da criança e recursos pedagógicos apropriados para o desenvolvimento da criança, mas o sistema ainda pressiona a um trabalho com ciclo (do 1º ao 3º ANO), com pilares de progressão continuada e com tempo único. Desconsiderando que do 4º ANO em diante ainda prevalece a progressão continuada. Consoante à proposta de ciclos, a escola como espaço transformador que por sua vez deve transformar (a escola) suas finalidades e práticas em espaços de gestão e em tempos de formação, favorecendo uma prática transformadora que seja eficaz, eficiente e efetiva em si própria, ou seja, ela (a escola) formando um ser emancipado, autônomo, crítico, etc., por ser essa escola um ambiente igualmente propício a essa formação.

Calendário Escolar

O calendário escolar é determinado pela Secretaria Municipal de educação – SME e seguindo as bases legais a fim de atender às necessidades do ensino – aprendizagem (200 dias letivos conforme LDB 9394/96). Há, no entanto, a possibilidade de serem negociados até 3 (três) sábados trabalhados no ano vigente, para serem descontados nos últimos dias letivos do calendário, sendo cabível a cada escola estipular se é viável ou não.

Espaços escolares

No período matutino, além do Fundamental II a escola também oferta o Programa Mais Educação, onde são atendidos, no contraturno, os alunos que estudam no período vespertino (1º ao 5º ANO), ficando alguns espaços a serem negociados em seus dias e horários, são eles: pátio, biblioteca e sala de “vídeo”, já descritos no item 3.1 (áreas da escola). Além desses espaços buscam-se outros espaços no entorno da escola ou mais distantes, a saber: biblioteca do bairro, ginásio poliesportivo (no bairro próximo), parque infantil (no bairro), museu (no centro da cidade), etc., pois se compreende que, segundo Cavaliere (2007, 12) ao descrevera concepção multissetorial de educação integral, o tempo integral não precisa estar centralizado em uma instituição e ainda que para dar conta de uma educação de qualidade é preciso sair do isolamento e buscar parcerias. Acrescenta-se a esse pensamento o fato da escola em si não oferecer espaços adequados para o atendimento mínimo a essa tão almejada educação em tempo integral de qualidade. O repertório e o conhecimento do (a) diretor (a) serão fundamentais para que a escola tenha clareza de seu papel e objetivos e completando o pensamento, a descentralização implica um deslocamento do “lócus” decisório, rompendo com a hierarquia existente e atribuindo ao gestor uma demanda de competências de coordenação.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Conselho Escolar

O Conselho Escolar deve ser constituído com representantes dos vários segmentos da comunidade escolar, eleitos por voto e seus membros devem observar e por em prática suas ações balizadas pelo estatuto do Conselho escolar, Regimento escolar, PPP e legislação vigente. Todos devem estar cientes de que o enfrentamento de problemas no cotidiano escolar é para ser discutido e decidido em grupo, com acompanhamento corresponsável do Conselho, e é necessário a implementação das ações colegiadas articuladas a situações onde o aprender a pensar não se dissocie do executar e, portanto, da efetivação de um PPP consistente. Além de assumir a função de planejamento, acompanhamento e fiscalização dos projetos da escola e da prestação de contas em todo o seu processo, efetivando-se como órgão fundamental de controle social das verbas públicas destinadas à educação, sem deixar de lado os aspectos administrativos e pedagógicos. E finalizando, assumir suas funções: deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora visando o bem comum.

Conselho de Classe

Com o objetivo de melhorias na estrutura e dinâmica dos conselhos de classe afim de, por meio de reuniões, por etapa (bimestrais), a equipe pedagógica construir e analisar o perfil da turma: aspectos positivos e negativos, alunos com dificuldades, frequência, disciplina, encaminhamentos, metodologias e estratégias adequadas.

Caixa Escolar

A Caixa Escolar, criada pela resolução nº001/95 de 13/11/95, se constitui um organismo institucional com responsabilidade de gerenciar os recursos financeiros destinados à unidade escolar e criando condições favoráveis para a dinamização e a melhoria do trabalho na escola, em todas as suas dimensões, entre elas da Caixa Escolar.

Estimular as contribuições espontâneas e procurar contribuição de empresas e repasses de verba, além de arrecadação por meio de festas e outros com a finalidade de promover uma manutenção periódica da escola, bem como aquisição de recursos materiais.

A escola, atualmente conta com o repasse de verba que conforme Resolução FNDE/CD/nº043, de 11/11/2005 define que as escolas públicas receberão os recursos financeiro do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e contribuições diversas da prefeitura por meio da Secretaria da Municipal de Educação – SME e as ações para e execução dos programas e gasto dessas verbas devem ser contemplados na elaboração do PDE por toda comunidade escolar, visando ao bom funcionamento da escola e à melhor aprendizagem dos alunos, sendo observadas todas as orientações da Secretaria Municipal de Educação, Ministério da Educação e Cultura e legislação vigente.

A prestação de contas é realizada, periodicamente a comunidade por meio de cartazes, boletins informativos e anualmente à SME, por meio de documentação própria.

REGIMENTO ESCOLAR

O Regimento escolar já está estabelecido desde longa data e suas atualizações foram realizadas conforme legislação vigente.

Em 2012, foi realizada uma alteração no Regimento, a pedido e com a participação dos professores, sobre o sistema de pontuação para a promoção dos alunos.

Com a provação de Regimento escolar pela Secretaria Municipal de Educação, entrou em vigor em 2013. Acredita-se que toda essa estrutura, será insignificante se o princípio democrático não estiver sustentando a organização, pois os profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino e toda comunidade local e sociedade devem estar engajados na edificação de espaços para o diálogo, opinando, participando, ouvindo, sendo ouvidas e respeitadas suas opiniões.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Conforme Regimento escolar, cabe aos gestores coordenar a elaboração, a implementação, o monitoramento da execução, a avaliação e as revisões do PPP, visando a identidade pedagógica e cultural da instituição. Além disso, devem zelar pelo cumprimento da Legislação escolar, cumprir demandas conforme prazos estabelecidos, coordenar os processos de organização da escola e elaboração do currículo, bem como dedicar 50% (cinquenta por cento) de seu tempo para questões pedagógicas. Enfim, tudo o que diz respeito à coordenação, conhecimento e disseminação de informações, empenho em buscar parcerias escola-família-comunidade, cuidando e zelando pelas questões escolares e o fortalecimento do Conselho escolar, cabe ao diretor com apoio do vice-diretor, ou seja, conforme a gestão se efetiva por meio de processo de articulação entre todos os que compõem a comunidade escolar e local, no sentido de construir uma gestão democrática, cumprindo assim seu papel articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola. Quanto aos serviços administrativos (a secretaria) ficam a cargo de toda a escrituração escolar, a saber: organização, fornecimento de dados, matrículas e atualização de documentos, tendo em vista a transparência, ética profissional e bom atendimento no desempenho de suas funções. Do quadro operacional, cabe oferecer aos alunos, funcionários e comunidade, um ambiente agradável de limpeza e bem estar, bem como atender a outras necessidades inerentes a sua função, descritas no Regimento Escolar. O setor técnico constituído de especialistas (supervisoras pedagógicas) tem por finalidade desenvolver o processo pedagógico da Escola, assegurando a integração e a unidade nas ações. A auxiliar de biblioteca tem por finalidade oferecer subsídios aos trabalhos pedagógicos da escola, bem como despertar e estimular o prazer da leitura consulta e pesquisa. O corpo docente será constituído por professores devidamente qualificados e habilitados em obediência às disposições legais atinentes e normas aplicáveis dos órgãos competentes, porém segundo Paschoalino (2009,25) se faz necessário repensar o trabalho docente enquanto categoria de análise e sua articulação com a vida humana no contexto mais amplo da sociedade com as novas demandas, necessidades e transformações no âmbito do trabalho e nas relações

sociais. O pessoal discente será constituído por alunos regularmente matriculados e observando no ato da matrícula as normas que devem ser assinadas pelos responsáveis e que nortearão a conduta do aluno. A disciplina constituirá do conjunto de prescrições destinadas a garantir o funcionamento regular da escola. O não cumprimento das normas legais de trabalho poderá levar qualquer indivíduo que se enquadrar na descrição acima citada, às seguintes penalidades, conforme a falta/infração cometida, situação de conflito nas relações inter – pessoais (criança-criança, criança-adulto e adulto-adulto): advertência verbal, advertência escrita, suspensão e em último recurso, ser encaminhado ao Conselho escolar, para análise e tomada de decisão.

7. AVALIAÇÃO

Os critérios a serem seguidos serão: O que avaliar, como avaliar, quem avalia e quem será avaliado (educandos, profissionais, comunidade, instituição)?

Nas avaliações internas os conteúdos serão avaliados por meio de provas objetivas, subjetivas e/ou mistas, pelo menos 2 por etapa, além de simulados, com todas as disciplinas (sendo um por semestre), trabalhos individuais e em grupo de: pesquisa, de consulta, etc., por meio de seminários, exposições, palestras, participação, assiduidade, etc.; onde os professores estarão avaliando os educandos. Os resultados convertidos em pontos, serão segundo Souza (2010, 12), uma bússola indicando que caminhos seguir, mas é o sujeito que interpreta a bússola e decide que caminho seguir.

Quanto às avaliações externas será elaborado de acordo com Souza, um quadro sintético para análise de dados e informações coletadas, sendo realizado um acompanhamento corresponsável do desempenho escolar, de acordo com sugestões, indicações e opiniões da comunidade escolar e local que por sua vez deverão estabelecer a melhor forma de desenvolver as ações e atividades para melhoria não só de resultados pontuais (quantitativos), mas do processo ensino/aprendizagem (qualitativo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de apresentar o Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola Municipal A.H. de O. em sua reestruturação, contemplando em seu corpo desde as finalidades da escola, estrutura organizacional (administrativa e pedagógica), currículo, tempos e espaços escolares, processos de decisão, relações de trabalho até a avaliação em uma perspectiva de gestão democrática, participativa, impessoal e transparente, como orienta, destaca e embasa a legislação vigente. A comunidade escolar e local recebe atenção quanto a sua parcela de atuação (ou não) durante o processo de produção do PPP. Sobretudo seu protagonismo nas tomadas de decisões relativo às variadas situações que permeiam o cotidiano escolar e contempladas no Projeto Político Pedagógico. Mais do que teoria, é preciso ter claro e definido que as ações são necessárias e que as teorias vêm a acrescentar novas perspectivas e balizar novas possibilidades de se alcançar a almejada educação de qualidade. Por fim, colocar a cada indivíduo seu devido valor e contribuição para que no coletivo se vislumbre o poder do mesmo para alcance mais do que metas e resultados, mas melhorias para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Por fim partir de uma ação local, por meio do PPP, para uma ação global sob o prisma da gestão democrática. A realidade vivida pela escola ainda não é a ideal, mas tem conquistado espaço, vez e voz e incorporado novo discurso a sua cultura e prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, nº 100 – Especial p. 1015 – 1035, out. 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf. Acesso em 04/01/2013.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); **MASAGÃO**, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** – versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica – Brasília: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.60p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Básica. **Conselho escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et.al. Brasília: MEC/SEB, 2004. P.38-40 (Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, parte VII e VIII).

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O Professor Desencantado: Matizes do Trabalho docente**. Belo Horizonte. Armazém de Ideias, 2009. 152p.

SOUZA, Ângelo Ricardo de {et. Al.}. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 03/01/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo {et.al.}. **Níveis do planejamento educacional**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 03/01/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição** – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 04/01/2013